

Reajuste da aposentadoria rural À o mesmo da urbana

O critério de reajuste da renda mensal inicial (RMI) usado para aposentadoria de trabalhador urbano também deve ser aplicado aos trabalhadores rurais nos benefícios concedidos antes da Lei 8.213/91, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social. O entendimento foi firmado pela Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU), em julgamento no dia 29 de outubro. Por maioria, a turma negou o recurso apresentado pelo INSS.

Para apurar a RMI do benefício, todos os salários de contribuição usados no cálculo do benefício devem ser atualizados monetariamente pelos mesmos índices aplicados nos salários de contribuição dos empregados urbanos (ORTN/OTN).

A TNU manteve decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná. Os juízes reconheceram válida a aplicação da Súmula 2 do Tribunal Regional Federal da 4  Região. O enunciado diz:   para o cálculo da aposentadoria por idade ou tempo de serviço no regime precedente   Lei 8.213/91, corrigem-se os salários de contribuição, anteriores aos 12 últimos meses, pela variação nominal da ORTN/OTN  .

No recurso contra a decisão da Turma Recursal, o INSS alegou que a súmula não se aplica ao caso do empregador rural, por ser uma categoria cuja contribuição se d  anualmente, nos termos do artigo 5  da Lei 6.260/75.

O relator do pedido de uniformização na TNU, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, ressaltou que o Superior Tribunal de Justiça há muito tempo já consolidou a tese de que, no regime anterior   Lei 8.213/91, os salários de contribuição anteriores aos últimos 12 meses, para efeito de cálculo de aposentadoria por idade ou tempo de serviço, devem ser corrigidos pelo  ndice de variação nominal da ORTN/OTN. Como referências, ele citou os Recursos Especiais 57.715/PR e 211.253/SC.

De acordo com o juiz, ainda hoje são suscitadas d vidas quanto à possibilidade de incidência da correção da RMI quando se trata de empregador rural. Isso porque, diversamente da sistemática que previa a contribuição mensal dos segurados da Previdência, o empregador rural estava sujeito   modalidade de contribuição anual, baseada no volume da produção rural obtida no período.

O salário de benefício era correspondente a um doze avos da m dia aritmética simples da soma dos três últimos valores apurados a título de produção rural anual. A RMI correspondia a 90% desse salário de benefício.

O relator, juiz federal Ricarlos Almagro, salientou que deve ficar claro que a jurisprudência do STJ obrigar corrigir monetariamente pela variação da ORTN/OTN todos os salários de contribuição usados no cálculo da RMI do benefício a que têm direito os segurados da Previdência Social. Como, para os trabalhadores do regime urbano, deveriam ser atualizados por esse  ndice os 36 últimos salários de contribuição, para os empregadores rurais, só os três últimos devem ser corrigidos.



Em seu voto-vista, a juíza federal Maria Divina Vitória concordou com a tese do relator. O fato de as contribuições do empregador rural serem recolhidas anualmente não obsta que tais recolhimentos sejam devidamente atualizados, com base nos mesmos índices concedidos aos demais segurados, afirmou.

Processo: 2006.70.95.001093-9/PR